

Do Sr. Luis de Faro Júnior, Chefe do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores :

"Tenho a honra de acusar recebimento da circular SA/188, de 8 do corrente mês, em que Vossa Excelência expõe a este Ministério os motivos pelos quais o Departamento Administrativo do Serviço Público abriu inscrição para o concurso à carreira de Técnico de Administração.

Em resposta, cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que este Ministério está de pleno acôrdo com as considerações feitas na referida circular sobre a necessidade da formação de técnicos especializados em administração pública.

Satisfazendo os desejos de Vossa Excelência, já providenciei afim de que o referido concurso tenha a maior divulgação possível entre os funcionários deste Ministério, estimulando-os afim de que concorram a essa prova de seleção.

Estou certo de que as divisões constitutivas do Departamento de Administração deste Ministério, tais como Pessoal, Material, Contabilidade, Comunicações e Arquivo, Biblioteca e Mapoteca, assim como a Secção de Mecanografia, muito lucrarão com a criação desse corpo de funcionários especializados.

Convem, no entretanto, ressaltar desde já que dado o caráter especial dos serviços deste Ministério, é imprescindível que a chefia dessas Divisões seja sempre exercida por funcionários da carreira do Diplomata, conforme, aliás, já preceitua o art. 10, do Decreto-lei n. 791, de 14 de outubro de 1938. — Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha perfeita estima e distinta consideração".

Do Sr. A. P. Amarante, Diretor do Serviço de Águas e Esgotos do D. F. :

"Acusando o recebimento da vossa circular SA/188, de 8 de agosto p. findo, comunico-vos que, atendendo à sua solicitação, foram afixados neste Serviço os programas do concurso à carreira de Técnico de Administração. — Saude e fraternidade".

Do Sr. Diretor do Serviço Florestal :

"Acusando o recebimento da circular SA/188, de 8 de agosto próximo passado, desse Departamento, cujos termos mereceram a minha maior atenção, tenho o prazer de comunicar-vos que os funcionários em exercício no Serviço Florestal tomaram conhecimento do inteiro teor do referido ato e bem assim do das instruções e programas que o acompanharam. — Atenciosas saudações".

RECENSEAMENTO GERAL DE 1940

A SIGNIFICAÇÃO DO RECENSEAMENTO

A economia mundial, já tão profundamente afetada pela tremenda depressão econômica que se iniciou no último trimestre de 1929, vai certamente experimentar novas e, sem dúvida, mais largas transformações, em sua estrutura e em seu funcionamento, em consequência do presente conflito. Quer o mesmo fique circunscrito à Europa e ao norte da África, quer se estenda pela Ásia, quer venha a terminar ainda em 1940, quer se prolongue por mais alguns anos, é indiscutível que, no futuro *após-guerra*, as relações econômicas internacionais, vença quem vencer, apresentarão uma feição diferente, com alguns aspectos talvez ainda não previstos. Nessas condições, as diversas economias nacionais terão que ser *dirigidas* eficientemente, cada uma como um *todo orgânico*, afim de que não sejam deslocadas pelos brutais desajustamentos que hão de, forçosamente, verificar-se em tal período. A economia mundial dos decênios vindouros deverá resultar, da articulação deliberada de todas as economias nacionais.

É claro que o Brasil não poderá permanecer à parte desse movimento de caráter verdadeiramente universal. O esforço de construção e de coordenação que teremos de realizar no quarto de século cujo começo é o corrente ano, será de uma magnitude formidável. Nenhum desper-

dício de tempo nem de recursos de qualquer ordem, sejam humanos ou materiais, poderá ser tolerado nesse trabalho de edificação da base econômica necessária ao Brasil maior do porvir, isto é, a nação de centenas de milhões de habitantes, altamente industrializada e vanguardeira no domínio social e cultural. Nossa marcha para frente se fará em conformidade com diretrizes seguras que acharão a sua expressão concreta em *planos* cuidadosamente elaborados tomando-se em conta as nossas realidades.

Eis porque o *Recenseamento Geral*, cuja realização começou no dia 1.º de setembro, é de um alcance inegável como medida preparatória desse grande esforço nacional. Cada brasileiro que, demonstrando um alto censo patriótico, respondeu, com exatidão, às perguntas que lhe foram feitas pelo Serviço Nacional de Recenseamento, deu uma contribuição valiosa à causa do engrandecimento de sua pátria. É do *conhecimento quantitativo* de nossa *atualidade* que depende, com efeito, a avaliação precisa de nossas *possibilidades* e, conseqüentemente, a eficiência dos *planos* que deverão nortear o desenvolvimento das *atividades* nacionais.

1.º de setembro — dia do *Recenseamento* — está destinado, portanto, a ser uma data de magna importância na evolução de nosso país.

DE 42 A 49 MILHÕES DE HABITANTES

Não será motivo para surpresa si os resultados do Recenseamento de 1.º de setembro findo se afastarem sensivelmente da estimativa oficial. Segundo essa estimativa, a população do Brasil deveria ser de 45.869.719 habitantes no dia 31 de agosto do corrente ano. Mas, para demonstrar a imprescindibilidade das operações censitárias, basta dizer que é opinião dos entendidos que, si o recenseamento atual apurar uma população de 42 a 43 milhões ou de 48 a 49, aquela aproximação ainda pode ser julgada satisfatória.

Dispondo-se de elementos numéricos somente no que se refere às imigrações e emigrações, ao passo que, para as migrações, faltam quaisquer dados e, como os algarismos relativos ao movimento natural da população, segundo o registro civil, são muito incompletos, houve necessidade de se adotar um processo de estimativa baseado em hipóteses de regularidade no crescimento da população através do tempo.

Ha um exemplo expressivo da nossa falta de elementos positivos para a formulação de cálculos mais seguros: em 1935, na região do Norte (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Território do Acre) foram registrados somente 13.873 nascimentos, que corresponderiam a 3,42 por 1.000 habitantes. As estatísticas eclesiásticas para a mesma região e para o mesmo ano indicam 120.477 batizados. Logo, os registrados correspondem apenas a 11,5% dos batizados indicados pelas estatísticas eclesiásticas, e como nem estas podem ser consideradas completas, porque nem todos os nascidos são batizados, o número dos nascidos denunciados no registro civil talvez seja inferior a 10% do número efetivo total. Mas ha zonas de deficiência do registro civil ainda maior: no Estado do Rio Grande do Norte, em 1935, foram registrados só 906 nascimentos, em confronto com 34.484 batizados, isto é, 2,6%; isto significa, que, naquele Estado, apenas 2%, ou pouco mais, dos nascimentos são registrados.

Além disso, vemos como falham certos índices observados numa ocasião e tomados como base noutras. Informações procedentes do Estado do Espírito Santo, onde o censo está se realizando com perfeita regularidade, já oferecem margem para observações interessantes. Recenseadas as zonas urbanas de 14 sedes municipais, acusando um total de 29.387 habitantes em 6.712 casas, resultou uma densidade de 4,3 habitantes por unidade predial. Dado que 10% dos prédios não sejam domicílios, ainda assim a densidade referida será de 4,8. Ora, esse índice será representativo da média de habitantes por domicílio no Brasil de 1940, si em 1920 tal média era de 7,7?

Vê-se que, dentro de algum tempo, poderemos iniciar, com a sensação de segurança e a autoridade que o conhecimento baseado em números exatos proporciona, uma série

de interessantíssimos confrontos da situação social e econômica do nosso país em duas datas separadas por vinte anos de marcantes transformações.

RECENSEAMENTO E SIDERURGIA

Entre as indústrias brasileiras que o atual recenseamento vai revelar, em si mesma e no papel que está representando no desenvolvimento de numerosos ramos de indústrias leves, cumpre destacar, pela alta importância de que se reveste, a indústria siderúrgica. Pela primeira vez entre nós essa indústria básica vai figurar num inquérito censitário não só no seu lugar próprio como, igualmente, através dos elementos que serão colhidos sobre as atividades fabris dela dependentes.

A siderurgia nacional não figurou no recenseamento de 1920, e só recentemente passou a influir na economia brasileira. Basta dizer que das 27 empresas produtoras de ferro gusa, aço e ferro laminado atualmente existentes, apenas oito funcionavam antes de 1930 e 15 foram fundadas no último quinquênio.

Segundo dados recentes do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, a produção nacional de aço, verificada no ano próximo findo, atingiu a 114.094 toneladas, com o valor de 90.168 contos de réis, quando em 1930 essa produção foi de pouco mais de 20 mil toneladas com o valor de também pouco mais de 10 mil contos. Em 1935 mesmo, não produzimos mais de 64.231 toneladas, cujo valor foi de 25.278 contos. O aumento, de 1930 a 1939, foi para o duplo na quantidade, acompanhado de uma elevação de cerca de 300%, em média, no valor da tonelada.

Igualmente considerável foi a ascensão do ferro laminado, cuja produção duplicou nos últimos seis anos, enquanto o valor quasi quadruplicou.

Aconteceu coisa semelhante com o ferro gusa, que deixou as 64.082 toneladas de 1935 pelas 160.016 do ano próximo findo, ao mesmo passo que o valor subiu de 14.957 para 59.434 contos.

O desenvolvimento auspicioso da nossa indústria siderúrgica e metalúrgica tem evidentemente estimulado a criação e o florescimento de numerosas outras atividades industriais. Tudo isso está sendo objeto de ampla e profunda investigação, de modo que os censos nos fornecerão elementos valiosos para observações novas sobre esse importantíssimo aspecto da economia brasileira.

É a oportunidade de balancearmos quanto se refira à fase atual, tão promissora, da siderurgia brasileira e igualmente de conhecermos a função que ela já desempenha na existência da indústria nacional.

SEJA BREVE AO TELEFONE: OS TELEFONES ESTÃO
NA SECÇÃO PARA OBJETO DE SERVIÇO